



A HISTÓRIA AMBIENTAL E O ENSINO DE HISTÓRIA NA CIDADE DE MARABÁ-PA A PARTIR DAS REVISTAS EM QUADRINHOS DE RILDO BRASIL

Me. Aline Barros dos Reis

Professora SEMED

alinebarros@unifesspa.edu.br

Introdução

Este trabalho compõem uma parte da minha dissertação de mestrado defendida em abril de 2022, no qual abordamos a ausência da história ambiental na cidade de Marabá que faz parte da região sul e sudeste do Pará.¹ Exploramos o tema da destruição ambiental desenvolvida por meio das ações exploratórias de ocupação do território, desse modo, desenvolvemos um material paradidático para alunos do Fundamental II com o título “O rio e a floresta: o uso e abuso dos rios”², a análise dos quadrinhos de Rildo Brasil encontram-se no Capítulo 5 – Problemas ambientais.

Por muito tempo o progresso e o desenvolvimento foram sinônimos de avanço e positividade na construção da cidade de Marabá, nesse processo a mata e a natureza representavam o que deveria ser superado e transposto, tais práticas passaram a constituir a escrita da história local, em que conceitos como desenvolvimento, progresso, expansão se sobrepõe a ideia de preservação. No ensino de história notamos que muitas vezes a história da natureza é esquecida e a destruição é normatizada.

A escrita da história de Marabá muitas vezes focou na perspectiva socioeconômica, com destaque para o desenvolvimento econômico do município oriundo dos grandes projetos governamentais e do desenvolvimento urbano que geraram um crescimento acelerado e conflitos agrários, e entre outras questões. Os autores que priorizam essa temática são José Jonas Almeida, Pere Petit, Airton dos Reis Pereira.

¹Esse texto é resultado de parte de um capítulo da minha dissertação de mestrado “A história ambiental como construção social e histórica: uma proposta para o ensino de história em Marabá-PA”, Orientada por Dr. Carlo Guimarães Monti. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/725926>

²https://www.canva.com/design/DAEwRZ4Gumc/AZoJie0B3D0ayjphO_qyWA/view?utm_content=DAEwRZ4Gumc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton



Os rios foram fundamentais para a formação do município de Marabá, uma vez que, o rio Tocantins e o rio Itacaiunas encontra-se na área chamada de pontal localizado na velha Marabá ou Marabá pioneira. “Os rios Tocantins e Itacaiúnas delimitam os setores urbanos da cidade, sendo dividida em núcleos urbanos distintos (Marabá Pioneira, Cidade Nova, Nova Marabá, São Felix e Morada Nova)” (VIDAL; MASCARENHAS, 2017, p. 4419). Esses são os principais bairros de Marabá na atualidade.

Desse modo, podemos ressaltar diferentes fontes como a história em quadrinhos de Rildo Brasil (desenhista, cartunista e pintor, natural de Jacundá, morou em Tucuruí quando jovem, mudou para Marabá em 1984 sendo residente até os dias atuais), para escrever e ensinar a história ambiental de Marabá, com enfoque na destruição ocorrida na natureza devido as atividades exploratórias desenvolvidas por ações das pessoas e sua ambição crescente. Por que estudar a história ambiental de Marabá? Porque a cidade nasceu e cresceu entre os rios Itacaiunas e Tocantins, em uma região com muitas árvores com recursos explorados (borracha, castanha), com uma grande variedade de minérios em terras próximas, dentre outros acontecimentos que nos impulsionam a analisar a história ambiental de Marabá.

Com isso apresentamos os seguintes autores que tratam do ensino de história ambiental, Circe Bittencourt e Paulo Henrique Martinez, abordaram a história do ensino de história, pesquisando sobre as mudanças e permanências que acrescentaram a questão ambiental nas aulas de história. Já o autor Ely Berço de Carvalho em seu livro “Ensino de História e Educação Ambiental” destaca a educação ambiental e sua relação com o ensino de história, seja a dispersão do tema em materiais ou na metodologia para o ensino.

ENSINO DE HISTÓRIA AMBIENTAL

Dessa forma, no final do século XX essas mudanças no currículo ressoaram em novas perspectivas para o ensino de história incluindo como pauta os estudos sobre o meio ambiente. Pois a “[...] constatação da existência de poucos estudos históricos sobre meio ambiente entre nós e, também, no ensino de História, foi feita no final dos anos oitenta.” (BITTENCOURT, 2003, p. 50).



Com isso a crise ambiental foi outro fator que impulsionou o estudo da natureza pelos historiadores. “No Brasil, foi na década de 1980 que os primeiros trabalhos pioneiros de historiadores se abrigaram sob tal denominação ou, pelo menos, abordaram explicitamente a história, a partir da crise ambiental contemporânea.” (CARVALHO, 2021, p. 79). Essa crise está conectada a escassez de recursos e a destruição ambiental causada principalmente pela interferência dos seres humanos na natureza.

Ocorrendo assim um aumento significativo em pesquisas sobre a história ambiental e algumas expressões para a sala de aula, primeiro registrou-se os estudos para natureza nos Parâmetros curriculares Nacionais (PCNs) como temas transversais, e logo em seguida a educação ambiental surgiu como lei sendo obrigatória o seu ensino na educação básica. Porém, “Apesar do vertiginoso aumento da produção de história ambiental no Brasil, tal perspectiva ainda pouco aparece nas salas de aula, mesmo na formação dos professores de História.” (CARVALHO, 2021, p. 80).

Por isso, ainda existem muitas limitações, desde o material didático ao tempo da disciplina no ensino secundário. E uma dessas dificuldades reside também na ausência das discussões de temas como a história ambiental no ensino de história e, por exemplo, na cidade de Marabá. “As questões ambientais afetam diretamente a qualidade de vida da população e compõem um elenco de problemas e situações com enorme potencial para a compreensão crítica da sociedade brasileira.” (MARTINEZ, 2006, p. 88).

A história ambiental é um campo de pesquisa que aumenta o interesse e a preocupação das pessoas com a limitação dos recursos naturais e os impactos ocasionados pelos projetos em desenvolvimento nas áreas urbanas e rurais.

A questão ambiental não é uma questão natural, restrita ao funcionamento dos ecossistemas; são os elementos sociais, do modo de vida, das práticas, valores e representações que informam a relação dos seres humanos com o mundo natural, que construíram a perigosa relação hegemônica que a sociedade globalizada tem com o mundo natural. Nessa perspectiva, é necessário historicizar a natureza para naturalizar a história (CARVALHO, 2021, p. 81).

Esse desenvolvimento tecnológico e científico trouxe avanços e comodidade a algumas pessoas, porém, podemos perceber os impactos quanto à poluição e destruição da natureza. E “A história ambiental pode desempenhar um importante papel nesse esforço de decifração do mundo, ao mesmo tempo em que abre aos historiadores mais uma oportunidade de explorar um campo de trabalho em expansão.” (MARTINEZ, 2005,



p. 29). E no município de Marabá são perceptíveis essas questões, por conta dos projetos desenvolvimentistas implantados e executados na região.

Ter a percepção da união entre os acontecimentos históricos e a região em destaque nos permite a compreensão contextualizada do espaço e suas modificações. “Os historiadores, ao se aproximarem e se preocuparem com as lutas e conflitos vividos no tempo presente, passaram a rever e a reconsiderar o lugar da natureza no viver social. Surge, assim, a história ambiental.” (BITTENCOURT, 2003, p. 40).

Um dos objetivos da história ambiental reside em “[...] investigar como os homens, em diferentes sociedades, ao longo dos séculos, foram afetados pelo meio ambiente e, de maneira recíproca, como o ambiente foi afetado pelos homens.” (BITTENCOURT, 2003, p. 40). Compreende-se que tanto o homem faz interferências na natureza, quanto à natureza molda as ações do homem.

Outro ponto a ser observado são as narrativas criadas em torno da ideia de progresso, que a depender da fonte exalta os benefícios ocasionados por esse desenvolvimento econômico, se esquecendo das consequências socioambientais.

Neste ponto, a História Ambiental no Brasil pode lançar luz sobre a racionalização das desigualdades sociais e dos interesses econômicos, contida na mistificação do “progresso”, dos benefícios ou malefícios do emprego da ciência e da tecnologia na “conquista” da terra e da natureza e outros mitos criados, cotidianamente, pela mídia, governos, empresas, movimentos ambientalistas, cientistas e acadêmicos em geral (MARTINEZ, 2005, p. 31).

Ao construir uma história de um determinado tempo e espaço, principalmente se tratando desse campo teórico devemos ficar atentos para não naturalizar as questões que devem ser respondidas no decorrer da pesquisa. Com isso, “Convém lembrar que a História Ambiental é, antes de tudo, História. E o risco de “naturalização” dos processos sociais deve ser afastado, requerendo cuidado e atenção por parte dos historiadores.” (MARTINEZ, 2005, p. 32).

Nesse sentido, “[...] o ensino e a aprendizagem de história ambiental são aqueles que destacam a interdisciplinaridade, as relações entre as esferas locais e globais e a articulação entre meio ambiente e patrimônio cultural.” (BITTENCOURT, 2003, p. 52). Essa contextualização do meio ambiente necessita de ser analisada, pensando nas especificidades locais e regionais tanto no ensino quanto na pesquisa em si. “A articulação entre as histórias locais, regionais, nacional e mundial, dos “tecidos conectivos”



existentes, ergue-se, aqui, como parte das atividades, a da crítica e a totalizadora, do ofício do historiador”. (BODEI apud MARTINEZ, 2005, p. 33).

Outro aspecto interessante é que para o ensino da história ambiental “[...] um dos princípios articuladores é o da concepção de que a natureza é dinâmica e não pode ser entendida como estática sendo necessário ser percebida em seu movimento.” (BITTENCOURT, 2003, p. 52). Ou seja, a natureza não é apenas um cenário no qual passa a história sem afetar ou ser afetada por alguns processos que acontecem na sociedade.

Fazer emergir universos culturais de caboclos, ribeirinhos, quilombolas, pescadores e indígenas, entre outros. As mudanças e permanências impulsionadas pelos contatos e intercâmbios derivados de cinco séculos de sociabilidades crescentemente marcadas pela mercantilização das relações sociais, a industrialização e as incessantes inovações tecnológicas. (MARTINEZ, 2005, p. 33 e 34).

Para o município de Marabá torna-se relevante pensar sobre essas histórias, pois foi construída em torno de rios, os principais sendo o rio Tocantins e o Itacaiúnas. E a sua história está repleta de pessoas que transformaram o meio ambiente procurando obter benefícios econômicos ou sociais, e que no passado tiveram dificuldades devido à falta de estradas e uma extensa vegetação, utilizaram os rios como a principal via para o transporte de diversos itens comerciáveis.

Embora a história ambiental seja uma pauta recente em alguns espaços de produção de conhecimento, ou seja, na instituição acadêmica e no ensino básico de história. É um campo que vem crescendo devido às demandas da sociedade em diminuir o uso dos recursos naturais (limitados), para a preservação do meio ambiente e consequentemente da vida humana, uma vez que, somos exploradores da natureza em nosso próprio benefício. Além dessa ideia de preservação da natureza estão em evidência as questões patrimoniais, isto é, a preservação do patrimônio ambiental que vai além de uma paisagem natural, abrangendo outros espaços alterados no passado e no presente cada um com seu significado.

A preservação ambiental tem sido um tópico constante dos debates sobre meio ambiente e, conforme a produção historiográfica já identificou, não se trata de um problema apenas da atualidade. A intensificação e divulgação da necessidade de preservação são, no entanto, uma situação nova e se associa ao desenvolvimento da concepção de patrimônio cultural (BITTENCOURT, 2003, p. 57).



Desse modo, podemos realizar perguntas às fontes históricas como essas, “De que história tal ou qual paisagem natural ou urbana participou? Como ocorrem as transformações de um espaço? Observar, descrever cenários, comparar o que está sendo visto agora com fotos ou ilustrações de outras épocas requer um estudo de campo.” (BITTENCOURT, 2003, p. 57 e 58). Auxiliando também a pensar nas propostas e possibilidades que podemos realizar no ensino de história sobre o meio ambiente, usando diferentes fontes, com o olhar voltado para as questões ambientais.

Estudar o meio ambiente tendo como objetivo possibilitar ao aluno fazer uma leitura crítica deste meio, identificando ao mesmo tempo os valores criados pela sociedade e os que se relacionam ao patrimônio cultural é ainda significativo pelas possibilidades de se educar não apenas usando a racionalidade das ciências modernas, mas também por deixar fluir as emoções, desenvolvendo sensibilidades para ver, sentir, estabelecer elos e vínculos com as experiências de cada um e a dos outros além de perceber os saberes próprios da natureza (BITTENCOURT, 2003, p. 58).

O ensino de história passa por mudanças significativas propondo novas questões e temáticas. O que nos leva a pensar na importância da história ambiental para o trabalho em sala de aula abrindo um leque de possibilidades para o professor em relação aos temas, as habilidades, os métodos e as formas de avaliações que podem ser exploradas no ensino de história através da educação ambiental.

PROJETOS GOVERNAMENTAIS EM MARABÁ-PA

Nesse tópico abordaremos os projetos de desenvolvimento que foram pensados e executados durante o período da ditadura militar, refletindo sobre a destruição ambiental realizada em nome do progresso. Com isso, retratando a continuidade da forma exploratória e destrutiva de lidar com a natureza na qual a sociedade estava acostumada desde o período colonial.

O cenário amazônico estava permeado de conflitos relacionados à terra devido à concentração fundiária, e na política ocorria uma disputa de poderes entre as ditas ideais comunistas e capitalistas. Nesse sentido foi articulado um golpe político e militar em 1964, que ressoaria em grandes transformações para o espaço amazônico, com a



implantação de projetos desenvolvimentista e urbanos que culminaram em uma ocupação desinteressada quanto às questões ambientais.

O golpe militar ocorreu em 1964, fruto de uma trama política ocorrida com o intuito de acabar com as ideias comunistas que estavam sendo disseminadas pelo representante político da época.

A subida dos militares ao poder mudaria para sempre a história brasileira, além de ter fornecido um novo modelo de golpe e de regime político para vários países latino-americanos. O caminho da modernização, doravante, não passaria mais pelas reformas sociais para distribuir renda ou pela ampliação da democracia participativa e eleitoral, mas por “segurança e desenvolvimento” a todo custo (NAPOLITANO, 2014, p. 10).

A ditadura brasileira passou a incentivar um fluxo migratório para a Amazônia com uma propaganda política direcionada, promovida pelo governo militar sob o slogan “Terra sem homens para homens sem terra”. Desse modo, ocorreu a criação do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, autarquia federal da Administração Pública Brasileira, criado pelo decreto nº 1 110, de 9 de julho de 1970, com a missão prioritária de realizar a reforma agrária, manter o cadastro nacional de imóveis rurais e administrar as terras públicas da União. Buscando realizar uma “colonização dirigida” (ALMEIDA, 1992).

As prioridades de ação do INCRA foram definidas visando à implantação de projetos de colonização oficial e particular, ao longo das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, vinculados aos objetivos do PIN e do Proterra. A ação discriminatória ao longo das rodovias da Amazônia Legal foi planejada no sentido de disciplinar o “povoamento espontâneo”. Tratava-se de medida complementar aos projetos de colonização no seu propósito de promover o “povoamento dirigido” (ALMEIDA, 1992, p. 264).

Com isso, o órgão se tornou responsável por organizar os assentamentos registrando os e entregando aos colonos. No entanto a ação deveria priorizar a entrega das grandes parcelas de terras a quem tinha o intuito e capacidade financeira de desenvolvê-las. “Para o INCRA, o povoado e os modos de vida das pessoas que ali moravam valiam menos do que o interesse do órgão em implantar nessa parte da Amazônia um Projeto de Colonização idealizado pela tecnocracia do governo central.” (PEREIRA, 2015, p. 58). Ou seja, as vivências das pessoas e a questão ambiental não tinha importância para a exploração e o desenvolvimento desses espaços.



Em Julho de 1973 o então presidente do INCRA Walter Costa Porto sugeria ao Ministro da Agricultura inibir a migração interna e reordenar a ocupação da Amazônia, privilegiando grandes empreendimentos agropecuários. Segundo sua formulação os “colonos” continuariam a ser assentados nas áreas pré-estabelecidas, enquanto que lotes de 50 mil hectares seriam dispostos à venda, atraindo interesses empresariais e “vultosos recursos” (ALMEIDA, 1992, p. 265).

O governo estava interferindo na organização do espaço, uma vez que, tinha interesses econômicos para a região. Sem se preocupar com os impactos que poderiam causar sobre o meio ambiente, que já estava ocupado por trabalhadores rurais. “Por imposição do INCRA, alguns trabalhadores foram obrigados a optar: ficar com a porção da terra onde estavam as suas casas ou ficar onde estavam as suas roças.” (PEREIRA, 2015, p. 59).

Por meio desse fragmento, é possível perceber que o governo da ditadura civil-militar procurou, nos primeiros anos da década de 1970, não só impor à população dessa parte da Amazônia uma proposta que não fazia parte de seus interesses como buscou discipliná-la. Ou seja, usando o discurso de ocupação dos espaços vazios, além de determinar que aquelas terras, há muito tempo ocupadas por trabalhadores rurais, deveriam ser destinadas a concretizar a sua política de colonização da Amazônia, o Governo Federal, por meio do INCRA, decidiu como seriam os traçados topográficos e os tamanhos dos lotes dos colonos ao mesmo tempo em que buscou identificar e manter sob seu controle os posseiros que ali moravam (PEREIRA, 2015, p. 60).

O interesse econômico sobrepunha às questões ambientais que deveriam ser levadas em consideração, por exemplo, áreas de cultivo, áreas para a preservação, levantamento das espécies, técnicas agrícolas, entre outros, que poderiam implicar até mesmo no reflorestamento das matas. Outra questão era como o INCRA realizava a demarcação dessas terras ignorando certos fatores ambientais, realizando cortes de terrenos aleatoriamente ocasionando dificuldades aos trabalhadores rurais. “Forma de demarcação das terras pelo INCRA influenciou nas decisões dos trabalhadores. Os lotes por eles demarcados levavam em consideração, a relação com o lugar: o curso d’água, o tipo do solo, as montanhas, a vizinhança etc., algo que o INCRA não observava.” (PEREIRA, 2015, p. 63).

Em 1973, quando a migração de trabalhadores rurais para a Transamazônica havia superado a expectativa do INCRA, que até então procurava disciplinar o povoamento “espontâneo” na Amazônia, o governo de Emílio Garrastazu Médici passou a priorizar as ações que já vinham desenvolvendo no processo de implantação de grandes empresas na Amazônia (PEREIRA, 2015, p. 64).



O governo militar tinha a intenção de controlar a colonização redistribuindo as terras e consolidando um desenvolvimento econômico preocupado apenas em lucrar através desses investimentos no território amazônico. Promovendo uma ocupação que culminariam em impactos ambientais para o solo, as florestas, as espécies e os rios do território amazônico.

Em maio de 1974, já no mandato de Ernesto Geisel, Lourenço Vieira da Silva, presidente do INCRA, garantiu que o governo substituiria os Programas Integrados de Colonização por polos de desenvolvimento na Amazônia. O destaque seria dado à pecuária de corte, aos projetos de colonização por meio de empresas e cooperativas do Centro-Sul do País e à exploração mineral e madeira porque, para ele, já não havia mais necessidade de o governo trazer famílias empobrecidas das diversas regiões do país para o território amazônico, elas já estavam chegando por conta própria (PEREIRA, 2015, p. 65).

De acordo com os interesses governamentais em investir na pecuária e na agricultura, levaram ao desmatamento e queimada de áreas extensas para a realização dessas atividades, o que gerou impactos permanentes no território amazônico. Além disso, ocorreu a implantação do projeto oficial de incentivo a Superintendência Desenvolvimento Amazônia - SUDAM Entidade autárquica vinculada ao Ministério do Interior, criada pela Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, com a função de coordenar a ação federal na região amazônica, é a principal encarregada da elaboração e da execução do Plano de Valorização Econômica desta última, diretamente ou mediante convênios com entidades públicas ou privadas, e utilizando como agente financeiro o Banco da Amazônia S.A.

O fluxo migratório de milhares de famílias para essa parte do território nacional, além de ter sido planejado, de acordo com o discurso oficial, com o objetivo de esvaziar os conflitos e as tensões sociais no Nordeste e no Sudeste do Brasil, foi um mecanismo potencialmente importante na formação de um mercado de trabalho regional. A denominada redistribuição dos excedentes demográficos na área de atuação da SUDAM contribuiria na expansão de atividades produtivas exportáveis como a mineração e a pecuária. Foram para esses setores, especialmente o agropecuário, que o governo central canalizou os seus esforços (PEREIRA, 2015, p. 65).

Diante disso, gerou uma grande quantidade de conflitos agrários que induziram a uma observação cautelosa as demandas de reforma agrária na região amazônica, sem perceber também as mudanças ambientais sofridas na região que só posteriormente são analisadas como é o caso do desmatamento com pauta crescente na atualidade. “Acrescente-se a esta situação limite tensões geradas no interior dos grupos dominantes



pela emergência de interesses industriais e do capitalismo financeiro, sobretudo na região do programa grande Carajás.” (ALMEIDA, 1992, p. 262).

As ações propostas pelo Estado para desenvolver economicamente a região, torna visível o caráter dominante e despreocupado com as questões sociais e ou ambientais que trariam ao local em destaque. Ou seja, a sua preocupação principal era desenvolvimentista, tornar as terras amazônicas rentáveis, com um crescimento da agroindustrial acelerado, e a agricultura/pecuária em larga escala.

As mudanças sócio-econômicas no Sudeste do Pará, representadas pelos projetos de colonização da Transamazônica (BR-230), pela abertura das rodovias que ligam os municípios da região à capital do Pará e à Belém-Brasília, pelas novas grandes fazendas agropecuárias, pela construção de Tucuruí e das instalações para a extração do minério de Carajás, pela descoberta de ouro em Serra Pelada, pela inauguração da ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, que tem estação na cidade de Marabá, e pela instalação de empresas siderúrgicas, foram as grandes responsáveis pelo acelerado crescimento populacional do município de Marabá [...] (PETIT, 2003, p. 205 – 206).

Notamos a ausência de uma discussão aprofundada das mudanças causadas por esses projetos não só para a sociedade, mas também para o meio ambiente. A abertura das estradas, por exemplo, realizaram uma série de derrubadas de árvores juntamente com a construção de pequenas pontes de madeiras cruas, que simbolizavam o avanço nas vias de acesso até Marabá, diminuindo o tempo de transporte de pessoas e mercadorias.

Mapa 1 - Localização traçada das Rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e Belém-Brasília



Fonte: PETIT, 2003, p. 118.

Dessa forma, o Mapa 03 permite visualizar as conexões que as estradas poderiam oferecer para o transporte. “Com a abertura da rodovia Belém-Brasília em 1960, Marabá passou a ser abastecida não só por Belém, mas também pelas praças do sul do país, como São Paulo e Rio de Janeiro.” (ALMEIDA, 2016, p. 142). A abertura dessas rodovias facilitou o acesso a Marabá seja para o comércio ou para a migração, com isso, diminuiu também o tempo das viagens, dando oportunidade para diversas relações comerciais ou não. “A principal impressão que fica da construção da Transamazônica é que representa o coroamento do processo de quebra do isolamento da região, que já vinha sendo erodido paulatinamente nos últimos anos.” (VELHO, 2009, 143-144), diversificando a comercialização, facilitando a migração de outras regiões.

Contudo, continuamos ressaltando que a abertura das estradas trouxe mudanças que culminaram na destruição do meio ambiente aumentando o desmatamento, a diminuição de espécies, a poluição e entre outros, que tinham iniciado pelos donos das terras (na exploração do caucho e castanhais). A natureza em torno dessas estradas nos apresenta as ações das pessoas em nome do progresso e urbanização do espaço, esquecendo-se dos impactos ambientais causados.

A implementação dos grandes projetos de desenvolvimento e as relações de uso e ocupação do solo, estabelecidas nas cidades Amazônicas, estão levando os sistemas ambientais a um estado crítico de manutenção das relações de interconexão de fluxos de matéria e energia, que fundamenta as reações

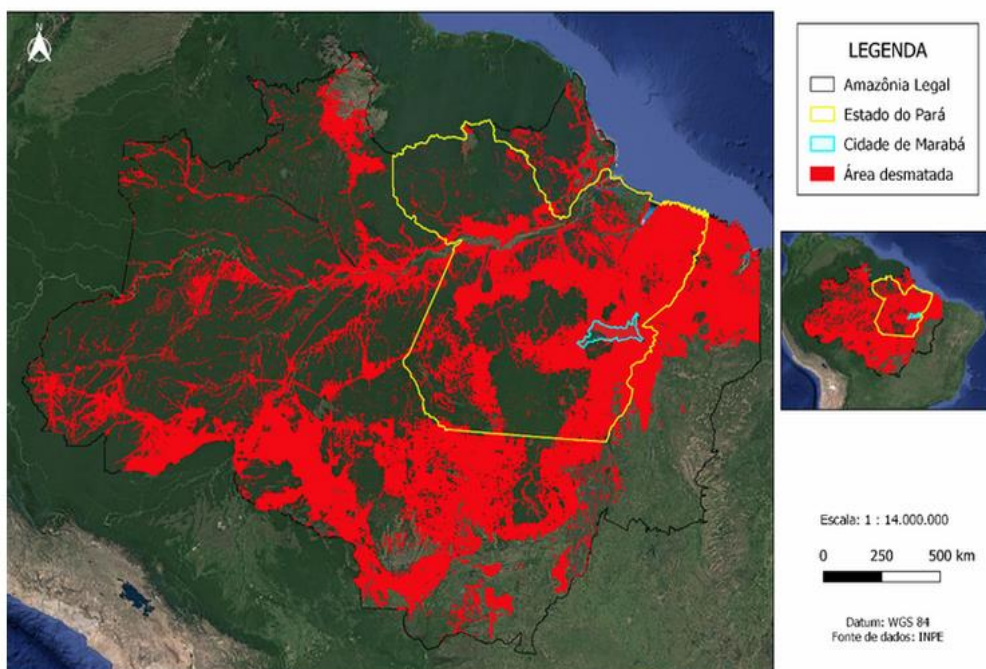


evolutivas dos geossistemas como um todo (VIDAL; MASCARENHAS, 2017, p. 4417).

Outra questão observada pelos geógrafos foram os grandes projetos realizados na cidade que levaram a uma crise ambiental que ressoa na mudança do clima, da paisagem e no nível de poluição do ar, acarretando problemas para as plantas, para os animais, assim como, para os seres humanos. Nesse sentido, “[...] o processo de ocupação desordenada nessas unidades de paisagem está gerando a insustentabilidade dessas unidades, com comprometimento dos fluxos de matéria e energia que dinamizam os sistemas ambientais.” (VIDAL; MASCARENHAS, 2017, p. 4425).

No mapa que segue podemos notar o acúmulo de desmatamento na região, ver Mapa 04. Em boa medida essa devastação ocorreu a partir da ideia de progresso que direcionou a ocupação da região, de tal modo torna-se fundamental que a história ambiental venha a contribuir para a compreensão destas mudanças ocorridas na região. É de suma importância que o conjunto dessa história ambiental de Marabá também seja refletido no ensino da história escolar, por meio de proposição que apresentamos neste trabalho.

Mapa 2 - Acúmulo do desmatamento em Marabá de 1988 - 2019



Fonte: MARTINS, 2020.



A história ambiental da cidade está longe de ser esgotada, pois os rios são seu ponto turístico, seu meio ambiente pode ter sido destruído ao longo do tempo dando espaço a indústria e ao comércio em nome do progresso, mas ainda existe espaço para um necessário diálogo a partir de ideias de preservação do nosso meio ambiente.

A cidade de Marabá passou por mudanças significativas, primeiro com o extrativismo (caucho, castanha), posteriormente com a exploração da madeira que abriu espaço para a pecuária. Na sequência vieram os projetos governamentais estimuladores da migração populacional, que acarretou uma corrida a região de Serra Pelada, emanadora das rodovias, e da ferrovia que recortam a região.

PARADIDÁTICO

Ainda são poucas as pesquisas sobre materiais paradidáticos para ensinar história.. No entanto,

[...] é fundamental que sejam desenvolvidas pesquisas que proponham analisar esses recursos, como eles chegam às escolas, de que forma são apropriados, quais suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem das diversas disciplinas e quais as limitações ou problemas que são identificados no processo de utilização desses materiais (THOMSON, 2016, p. 02).

Nesse sentido, o primeiro passo seria o significado dos paradidáticos para os alunos e professores, que até pouco tempo atrás tinham um direcionamento editorial sobre quais livros poderiam ser classificados como paradidáticos. Entretanto, na atualidade os livros podem ser selecionados pelo professor e a depender da temática e do uso dado ao livro.

Mas, afinal, o que são livros paradidáticos? Há alguns anos esse conceito poderia ser definido com maior facilidade, pois, nos próprios catálogos das editoras, encontrava-se uma espécie de “rótulo” definindo obras como paradidáticas ou não. Contudo, na atualidade, a ampliação do mercado literário causou uma certa “diluição” dessas definições conceituais quanto à tipologia da obra (THOMSON, 2016, p. 28).

Desse modo, os usos dos paradidáticos em sala de aula adquiriram maior *status* no final do séc. XX devido a questões políticas e sociais. E por isso, ainda se têm muita dificuldade de acesso e uso em sala de aula de forma geral, seja por conta do tempo (horas letivas) ou por conta da disponibilidade desses materiais nas escolas públicas. “Todos



afirmaram que existem limitações na utilização de paradidáticos. Grande parte deles afirmou que a limitação que os impede de usar os paradidáticos está na disponibilidade insuficiente de livros para os alunos.” (THOMSON, 2016, p. 10). E para algumas escolas o orçamento financeiro também é um empecilho para o trabalho com esses materiais.

CONSIDERAÇÕES

Dessa forma, ressaltamos a importância da discussão sobre a destruição ambiental na cidade de Marabá, pois nos torna conscientes das mudanças que necessitam ser realizadas quanto as nossas ações para com a natureza. Com isso, desenvolvemos um material didático que busca auxiliar professores e alunos a pensarem a história partir da história ambiental no município de Marabá-PA. Por notarmos a ausência de debates ambientais tanto nas pesquisas de história quanto nos livros didáticos, aumenta assim a relevância da produção e uso desse paradidático³ para o ensino de história em Marabá.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. O intransitivo da tradição: o estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia (1965 – 1989). In: **Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois**. LÉNA, Philippe; OLIVEIRA, Adélia Engrácia de (Org.). Belém: CEJUP, 1992, p. 259 – 290.

ALMEIDA, José Jonas. **A castanha do Pará na Amazônia: entre o extrativismo e a domesticação**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.

ALMEIDA, José Jonas. **A cidade de Marabá sob o impacto dos projetos governamentais**. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2008.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: Fundamentos e Métodos**. Editora Cortez: São Paulo, 2009.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Meio ambiente e ensino de história. **História e Ensino**, Londrina, v. 9, p. 63-96, 2003.

³https://www.canva.com/design/DAEwRZ4Gumc/AZoJie0B3D0ayjphO_qyWA/view?utm_content=DAEwRZ4Gumc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton



BRASIL, Rildo. Revista 01 – Cadê o nosso verde? 1992; Revista 02 – Vou rir agora, para não chorar depois... 2007. **Acervo biográfico do artista Rildo Brasil na Pinacoteca Municipal Pedro Morbach (FCCM).**

CARVALHO, Ely Bergo de. **Ensino de História e Educação Ambiental.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2021.

MARTINEZ, Paulo Henrique. Brasil: desafios para uma história ambiental. **Nômad**as (Col), Universidade Central, Bogotá, Colômbia, núm. 22, abril, 2005, pp. 26-35.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil:** pesquisa e ensino. São Paulo: Cortez, 2006.

MONTI, Carlo Guimarães (Org.). **Ensinar e aprender usos de fontes e o Ensino de História.** Marabá: Rosivan Diagramação & Artes Gráficas, 2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. A colonização na transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 23, n. 2, p. 54-77, jul/out, 2015.

PETIT, Pere. **Chão de promessas:** elites políticas e transformações econômicas no estado do Pará pós-1964. Belém: Paka-Tatu, 2003.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. “Para além do livro didático”: as ideias dos professores de história sobre os livros paradidáticos. Curitiba, In: **Anais XV encontro regional de história**, 2016.

THOMSON, Ana Beatriz Accorsi. Os paradidáticos no ensino de História: uma reflexão sobre a literatura infantil/juvenil na atualidade. **Revista do Lhiste**, Porto Alegre, n. 4, vol. 3, jan/jun. 2016, p. 27-49.

VELHO, Otávio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária:** estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIDAL, Maria Rita; MASCARENHAS, Abraão Levi dos Santos. Paisagens do município de marabá a partir de uma visão geossistêmica. **I Congresso Nacional de Geografia Física.** Unicamp/SP, 2017. p. 4417 – 4425.